

Carlini quer o fim da corrupção na área sanitária

Masao Goto Filho/AE—15/8/94

Futuro titular da Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária também pretende retirar do mercado os medicamentos que são ineficazes e fiscalizar a qualidade dos remédios vendidos à população

Colocar um ponto final no esquema de corrupção que tomou conta da Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária (SN-VIS), retirar os medicamentos ineficazes do mercado e fiscalizar a qualidade dos milhares de produtos que lotam as prateleiras das farmácias. Esse é o plano básico do professor Elisaldo Carlini à frente do órgão que ele fiscalizou, de fora, mas de maneira sistemática nos últimos anos. Convidado pelo novo ministro da Saúde, Adib Jatene, ele não titubeou. Cabe à secretaria legislar, controlar e fiscalizar alimentos, produtos sanitários e cosméticos e medicamentos. Depois de digerida a surpresa inicial, e enquanto arrumava a mala para a posse, na próxima semana, Carlini detalhou seu plano de colocar a Vigilância nos eixos à repórter Stella Galvão.

Estado — Qual a primeira medida que o sr. vai tomar?

Elisaldo Carlini — O ministro pediu-me uma coisa simples: dar um basta aos comentários sobre atitudes pouco lícitas que ocorreriam na secretaria. Há coisas que precisam ser imediatamente resolvidas. Uma é equacionar o número de pedidos de registros de novos produtos que entram em relação à nossa capacidade de respondê-los. Hoje, há um número enorme de petições e a capacidade de trabalho da Vigilância é restrita. Só na área de medicamentos, até pouco tempo atrás era possível à indústria entrar com 56 diferentes pedidos de alteração de registros de um mesmo medicamento. A Comissão de Assessoramento na Área de Medicamentos (Crame) do ministério, da qual fui secretário-executivo, conseguiu reduzir para 12 essas alterações e depois aumentou para 19. Quero diminuir isso imediatamente.

Estado — E quanto à dificuldade alegada pela indústria em aprovar novos medicamentos?

Carlini — Darei prioridade a essa questão, que é o grande fator de des-

contentamento da indústria e da classe médica. Os médicos têm dificuldade em tratar pacientes com drogas de vanguarda porque não são produzidas aqui. A Crame, constituída por representantes indicados pelas dez maiores sociedades médicas e farmacêuticas do País, será muito exigida nesse assunto. Outra coisa é o registro de similares. Hoje, qualquer laboratório pede registro de qualquer medicamento similar e isso é feito de uma maneira carterial, na base do carimbo. Na minha gestão, o similar só será liberado depois que uma comissão visitar o laboratório para avaliar a capacidade técnica e houver garantia de que produto será comercializado.

Estado — Como acabar com a rede de corrupção que se instalou no órgão, como o sr. mesmo tem denunciado?

Carlini — Fazer o órgão funcionar vai diminuir automaticamente a corrupção. No momento em que adequar o que entra e o que sai, vamos atender à demanda e os laboratórios vão saber que haverá um prazo (60 ou 90 dias) dentro do qual o pedido será analisado. Todos vão saber que não é através de propina ou favorecimento que um pedido encalhado será analisado. A segunda coisa importante é que está assumindo o Ministério da Saúde alguém considerado muito capaz, honesto e empreendedor e o seu corpo de auxiliares, entre os quais me incluo, é conhecido pela eficiência. Quero resgatar a credibilidade e a competência da Vigilância.

Estado — Como resguardar a população de medicamentos prejudiciais?

Carlini — Em primeiro lugar, só vamos registrar medicamentos se

houver o aval da comissão que visitou o fabricante. A segunda coisa é a realização de exames periódicos para controle de qualidade. Quero criar uma rede nacional para fazer esses exames com laboratórios oficiais de controle e usando a estrutura das universidades brasileiras.

Estado — Como tornar as vigilâncias sanitárias estaduais aptas a exercer a fiscalização?

Carlini — Elas terão de exercer uma colaboração mais eficiente com a Vigilância federal. Cabe aos Estados fazer a vigilância e controle das drogas psicotrópicas, por exemplo. Medicamentos controlados como ansiolíticos (calmantes) e anorexígenos (para emagrecimento), são controlados através de uma convenção internacional porque geram dependência. No mundo inteiro há esse controle, mas no Brasil um médico tem de receitar esse produto numa notificação B, que fica retida na farmácia para posterior controle pela Vigilância Sanitária dos Estados. Isso não é feito.

Estado — A SN-VIS chegou a proibir a venda de medicamentos considerados ineficazes. O sr. vai manter essa política?

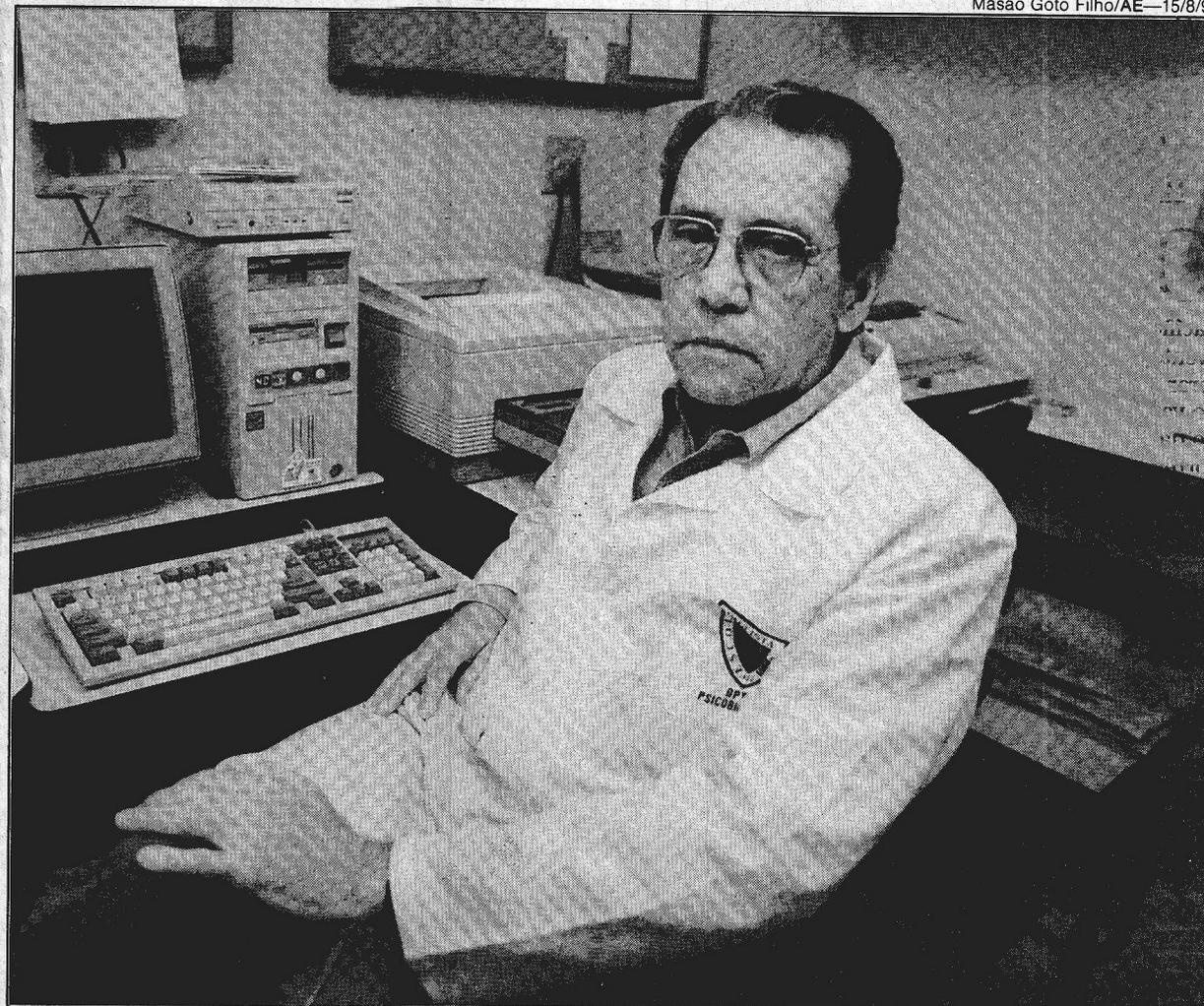
Carlini — Minha intenção é renovar o número de medicamentos. Muitos estão superados. Há aqueles sem efeito terapêutico desejado ou com efeitos tóxicos.

Estado — Nos quatro anos de governos Collor-Itamar, quase uma dezena de secretários passou pela secretaria. O que torna esse cargo tão vulnerável?

Carlini — Segundo dizem, pela SNVIS passam cerca de 20% do PIB nacional. Alimentos, cosméticos, produtos sanitários, controle em portos e aeroportos. A secretaria sempre foi alvo de pressões políticas. Temos de sair desse esquema de escolha de nomes por critério político e demissão por pressões.



**QUEREMOS
RESGATAR A
CREDIBILIDADE
DO ÓRGÃO**



Carlini: 'Todos vão saber que não é através de propina que um pedido encalhado será analisado.'